



A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS (MMTR) NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA DO GÊNERO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Gleys Ially Ramos dos Santos¹

Esta pesquisa tem como objetivo a análise e compreensão das articulações (formas e meios de organização) e dos espaços do Movimento das Trabalhadoras Rurais no Tocantins para incorporação de suas temáticas nos ambientes institucionais e no interior das lutas políticas dos movimentos sociais tocantinenses que integram a Via Campesina no Brasil.

É minha intenção focar as análises geográficas aos estudos e as questões de gênero. A proposta parte da observação da ação política de mulheres no interior dos movimentos sociais no campo, integrantes da discussão articulada pela Via Campesina no Brasil e das articulações de mulheres no interior desses movimentos sociais no Estado do Tocantins.

Partimos do pressuposto que o movimento das mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins inicia formas de organização interna, articulações e estratégias visando o reconhecimento e legitimação de suas lutas, num campo de discussões e práticas políticas de caráter homogêneo, voltado para fortalecer a unidade de frações da classe trabalhadora no campo, base das discussões da Via Campesina no Brasil.

Uma articulação paralela a essas estratégias ocorre com a criação da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) no Tocantins no Dia Nacional das Trabalhadoras Rurais², como um forte indício de que as discussões sobre o campo devem estar em concomitância às discussões sobre as condições das mulheres no campo. Interessante salientar que a ABRA é participante das articulações da Via Campesina no Brasil.

Na atual conjuntura a Via Campesina discute o campo de forma contrária ao capitalismo, defende como principais reivindicações a soberania alimentar, uma frente às crises energéticas e climáticas, a reforma agrária genuína e integral, a defesa do território indígena, a agricultura camponesa sustentável, a semente e à água, juventude no campo, a defesa de alimentos para todos, a não criminalização dos movimentos sociais e o avanço das mulheres como um avanço de todos, e particularmente

¹ Geógrafa – Doutoranda em Geografia pela UFG. <gleys@ifto.edu.br>

² A ABRA no Tocantins foi implantada no dia 12 de setembro de 2009 em Conferência realizada na Fundação Universidade Federal do Tocantins/UFT organizada por esta instituição e movimentos sociais articulados no Estado do Tocantins.



as mulheres na Via Campesina no Brasil visam denunciar crimes ambientais e sociais, agindo em defesa da vida e de um desenvolvimento rural, que se baseia na agricultura camponesa, na reforma agrária, na preservação da biodiversidade, na construção da soberania alimentar e principalmente no espaço feminino nas ações, nas políticas públicas bem como nas instituições e nos movimentos sociais (PAULILO, 2004, p. 14).

Para Deere (2006) delineiam-se as situações de opressão da mulher camponesa e que hoje se constitui como herança histórica e naturalizada para as mulheres no geral, isto é, o modelo familiar e de trabalho doméstico nos moldes camponeses, realizados no mundo privado e público; no político e produtivo, onde se inviabilizou as ações produtivas e políticas das mulheres. Para a autora, a discussão classista também comporta uma discussão de gênero. Portanto, está aqui o ponto de partida de nossa abordagem.

O movimento, as articulações e as estratégias das mulheres na Via Campesina no Tocantins vem a se tornar crivo de minhas análises pelo fato de estar ocorrendo uma espacialidade desses movimentos integrantes nas discussões e impasses sobre a questão agrária e do controle da água no Estado do Tocantins, intensificadas pela expansão do agronegócio - presente em quase todas as micro regiões do estado; pela implantação de grandes empreendimentos de irrigação no sudeste do estado e pela construção de UHEs ao longo do Rio Tocantins e de seus principais afluentes justificados pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Também destacamos os conflitos agrários no Bico do Papagaio, que se iniciaram ainda na década de (19)70 e que ainda se constituem uma herança para a questão agrária tocaninense atual.

Outro aspecto importante para o início dessa articulação foi a participação das mulheres nas manifestações organizadas pela CONTAG e pelo movimento das trabalhadoras rurais no Tocantins na Marcha das Margaridas em Brasília nos anos de 2000, 2003, 2007. Segundo a CONTAG na última participação, o movimento das trabalhadoras rurais iniciou no estado, uma comunicação com outros movimentos sociais visando obter assim uma maior visibilidade e conotação de suas reivindicações.

Antes de ser um incentivo a articulações locais, a Marcha das Margaridas vem ocupando lugar na história brasileira sendo a maior manifestação de mulheres já ocorrida no país. No momento atual, se consagrou como maior manifestação popular ocorrida desde que Lula assumiu a Presidência da República (CONTAG).

Para CONTAG essa demonstração de força e organização política foi possível graças ao esforço individual e coletivo de milhares de trabalhadoras rurais, que usaram de articulação e criatividade, ousadia e habilidade política em vários cantos do país. Sem terras, agricultoras, assalariadas, extrativistas, pescadoras, artesãs, quilombolas, indígenas, todos os segmentos das



trabalhadoras rurais estiveram participando ativamente desse momento histórico para as mulheres no Brasil.

Todavia, como estão as articulações locais? Possuem estas, espaços nas discussões sobre a terra, sobre o domínio da água e o direito a moradia? Para Paulilo (2004) as articulações da Via Campesina é um importante espaço para as discussões sobre gênero. A autora afirma que, a pluralidade dos movimentos torna-se interessante para diminuir as desigualdades de gênero, pois apesar do discurso de unicidade, não há ainda uma unificação destes, havendo assim espaços para organizações de lutas emancipatórias contemporâneas, como as das mulheres.

Em função dessas diferenças é que se torna relevante compreender como os movimentos sociais que integram a Via Campesina e que estão territorializados ou se territorializando no estado do Tocantins articulam classe e gênero, uma vez que as representações sobre essas categorias não se juntam facilmente. Apesar de aparecerem juntas no discurso, elas possuem contradições fundamentadas e fundamentais. Existe, portanto, um apontamento no Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais dentro da Via Campesina da necessidade de problematizar e ampliar o reconhecimento de outras opressões que não operam a partir do conteúdo exclusivo da luta de classe?

1.2 Justificativa

O interesse pelo tema desta pesquisa nasceu na opção feita no período de estudo do mestrado. Na análise dos resultados desta pesquisa realizada com mulheres assentadas e suas visões sobre seus papéis e funções no Assentamento Padre Josimo I e II buscamos delinear o panorama da terra na região que abriga o assentamento (região central do Estado do Tocantins), no tocante à aspectos sociais, econômicos e territoriais.

O interesse ocorre também por entender, a partir de pesquisas a fontes sobre gênero e questão agrária, que vem crescendo e intensificando os conflitos agrários e do controle da água em várias regiões do estado, sendo os principais focos a região sudeste, a central e região do Bico do Papagaio, e analisando as relações com os envolvidos, identificamos que há concomitante ao crescimento das reivindicações, o aumento do interesse e do número de mulheres envolvidas nas discussões sobre a questão e conflitos sobre a terra no Tocantins, inserindo-se cada vez mais nos movimentos sociais e nas pautas sobre a reforma agrária.

Essas constatações motivaram a desenvolver este projeto de pesquisa, no mesmo caminho traçado no mestrado – as representações sociais – agora, porém com uma análise direcionada não



apenas a um assentamento e as mulheres assentadas e seus papéis e funções, mas as mulheres como sujeitos e atores sociais inseridas nos mais diversos movimentos sociais que integram a Via Campesina, engajadas nas discussões sobre terra e reforma agrária, analisando suas territorialidades e conflitos daí decorrentes.

A diversidade do campo no Brasil se expressa também nos seus movimentos sociais que possuem uma agenda de reivindicações e bandeiras de lutas que não são únicas, além de diferentes concepções acerca do que seja a luta pela terra, na terra e quais as melhores condições de viver sobre ela, incluindo aí as reivindicações pelo domínio da água e do direito a moradia. E nesse ínterim justifica-se a centralidade da pesquisa sobre a Via Campesina, que tem como característica na sua composição, movimentos sociais diversos (mistos e autônomos).

Segundo Garcia & Thomaz Junior (2002, p. 258) esta análise é ponto de partida para termos uma maior compreensão das mudanças protagonizadas pelas mulheres trabalhadoras no contexto do rural brasileiro. O incremento da mobilização destas por meio de grupos de trabalhadoras organizadas, autonomamente ou bem no interior de movimentos sociais, nos assentamentos e acampamentos rurais [em diversos espaços caracterizados como lugares de resistências], representam sinais de mudanças.

Assim, poderemos averiguar como esses movimentos abordam e discutem formas de participação social e de ações coletivas cujas mulheres estejam engendradas no espaço público e, inclusive, no interior dos próprios movimentos aos quais estão ligadas e de contrapartida, analisar como as mulheres nos movimentos sociais integrantes da Via Campesina constroem experiências visíveis no sentido de serem consideradas (e/ou reconhecidas) alternativas as experiências hegemônicas no campo.

Nesta perspectiva as mulheres podem estar procurando uma nova forma de articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença, que para alguns autores como Santos e Nunes (2003) é justamente essa tensão entre diferença e igualdade que movimentam as lutas e iniciativas emancipatórias.

A presente proposta de pesquisa também se propõe a realizar uma análise de como os movimentos sociais atuam nas principais áreas de conflitos agrários, pelo domínio da água e pela moradia no Estado do Tocantins, dentre elas a região sudeste, a central e a região do Bico do Papagaio, onde se concentram tanto os conflitos, a organização dos principais movimentos sociais, bem como as organizações institucionais, a capital do estado (região Central), investigando as participações e articulações das mulheres nestes ínterins.



Ao analisarmos as relações no interior dos movimentos sociais tomando como crivo a Via Campesina e as relações de gênero poderemos entender como as relações se manifestam dentro dos conflitos sociais de classe e como as mulheres se relacionam com estes espaços e de como constroem territorialidades, visando entender as representações socialmente compartilhadas pelos sujeitos desta investigação sobre a luta pela terra, bem como os conflitos aí inerentes. Entendendo se há contribuições significativas tanto para as discussões sobre a terra, como para a mudança dos conflitos na terra em diversas regiões do estado.

A estrutura fundiária do Tocantins, em linhas gerais, apresenta perfil semelhante à grande maioria dos estados brasileiros, com uma concentração da terra partindo de média a alta. O estado, porém apresenta um número alto de terras consideradas improdutivas, ou seja, aquela sem função social ou de produção (AESCA, 2008).

Desta maneira é nossa intenção elaborar uma abordagem dos movimentos em que as mulheres são/estão inseridas em suas peculiaridades, singularidades, dinamicidades e complexidades possibilitando compreensões quanto ao processo da participação das mesmas em conflitos sociais, não só em prol da terra, mas também sobre a terra no Estado do Tocantins.

Podemos nos perguntar por que no Brasil as mulheres no campo levaram tanto tempo para se organizar e tentar conseguir o reconhecimento efetivo nos direitos sobre a terra. A fim de responder essas indagações, tentaremos relacionar três fatores: a ampliação da participação feminina nos movimentos sociais que irão se destacar apenas nos 80 e 90; a diversificação das prioridades desses movimentos sociais e a divisão do trabalho, enfatizando as mulheres, seus papéis e funções dentro dos movimentos sociais no Brasil. Na verdade esse é um esforço já feito em trabalhos de Deere e Léon (2002) numa escala maior, dos quais também serão pertinentes em nossas análises com as mulheres inseridas nos movimentos sociais da Via Campesina no Tocantins.

Desde os anos (19)70, como é sabido, aflorou uma série de demandas por reconhecimento e direitos daqueles que viviam no campo: sem terra, atingidos por barragens, seringueiros, bóias-frias (canavieiros), pequenos agricultores, enfim uma gama de identidades que falavam de particularidades de grupos, mas que principalmente mostravam que a questão agrária brasileira era multifacetada e complexa. Aos poucos, esses novos atores foram também incorporando uma dimensão de gênero nas suas reivindicações e começaram a incluir em seus debates e discursos temas como os direitos da mulher e condições para igualdade de gênero, tanto no espaço público como no privado, no assentamento, no lote, no lar (MEDEIROS, 2007).



Revisando o trabalho de Garcia (2004), identificamos que foi no Rio Grande do Sul, na década de (19)80 que os movimentos sociais no campo, marcados por um discurso de esquerda fortemente igualitário, que necessariamente introduziu o tema sobre discriminação da mulher e colocou em prática ações encaminhadas como paliativas de tal situação, destacando nessas ações o MST.

Identifica-se também, que a partir desse momento, os estudos dos movimentos sociais tenderam, e ainda tendem, a ignorar a composição interna dos mesmos: os atores sociais são assexuados. Mas foi através dos movimentos que a emergência das mulheres se fez presença enquanto espaços específicos onde ocorre a articulação entre as dimensões da vida pública e privada (GARCIA, 2004). Assim, entende-se que não há como iniciar uma análise geográfica sobre gênero sem uma interface aos estudos dos movimentos sociais.

Essa experiência de organização de movimentos sociais e o início de uma espacialidade através da Via Campesina dá incentivos e pode impulsionar a discussão sobre gênero no Tocantins não só em um, mas nos diversos movimentos que se articulam em torno da questão do campo, o que não é algo inédito, ou isolado. Trata-se de mais uma experiência presente no universo plural da luta pela terra. Segundo Garcia (2004, p.163) isso é o desdobramento de um processo muito anterior, que teve início com outros movimentos reivindicatórios e que caminha particularmente para movimentos autônomos, organizados e pautados em questões que reverenciam a mulher trabalhadora camponesa e particularmente as condições das mulheres no campo.

Face à relevância dos problemas arrolados no objeto de estudo da presente proposta de pesquisa e tendo por base que onde há mudanças no espaço ocorrem “relações” e “modos de ver o território”, esperamos também estabelecer um diálogo dentro dos processos de relacionamento social, pois a territorialidade ou a contextualização territorial é inerente à condição humana.

O atual recorte temporal passa a conotação que a discussão de classe que norteia a construção do ideário político dos movimentos sociais e também sindicais integrantes da Via Campesina parece estar abrindo/cedendo espaço para a afirmação das diferenças ancoradas nos sujeitos que protagonizam a luta de classe (PAULILO, 2004). Diferenças de gênero, etnias, entre outras, antes tratadas e colocadas na marginalidade diante da necessidade da discussão classista, hoje denota-se a heterogeneidade dos sujeitos políticos (dentre estes as mulheres) mesmo ainda havendo conflitos nessas discussões.

2. Procedimentos metodológicos na análise de gênero



Analisar e compreender as articulações, estratégias e os espaços das mulheres para incorporação de suas temáticas nos ambientes institucionais e no interior das lutas políticas dos movimentos sociais no Tocantins que integram as discussões da Via Campesina no Brasil, tomando como crivo o Movimento das Trabalhadoras Rurais no Tocantins.

O encaminhamento de uma pesquisa demanda a adoção de certos critérios, entendemos que a metodologia não só contempla a fase de exploração do campo, como também a definição de instrumentos e procedimentos para a análise.

O recorte espacial desta pesquisa delimita-se nas áreas de conflitos por terra, domínio da água e moradia no Estado Tocantins, particularmente nas regiões sudeste, central e do Bico do Papagaio onde há também a presença dos movimentos sociais que integram as discussões da Via Campesina.

Toma-se como referência para a delimitação temporal o ano em que se registram as primeiras ações e formas de organização dos movimentos sociais no Estado do Tocantins, isto é, desde o processo de criação e implantação do estado, até o atual momento, quando os movimentos sociais se articulam através da discussão da Via Campesina no Brasil para contestar a forma de ocupação do espaço tocaninense pelo capital. Adentram esse recorte temporal, as articulações das mulheres nos movimentos sociais durante esse período.

O quadro teórico para o entendimento do espaço das mulheres nas discussões da Reforma Agrária no Tocantins será organizado pelo entendimento da organização e articulação das mulheres no interior dos movimentos sociais no Tocantins, componentes da Via Campesina no Brasil.

A presente pesquisa pretende buscar os níveis analítico e explicativo dos fatos, na tentativa de investigar e entender as origens dos mesmos. Segundo Ferré citado por Garcia (2004) o gênero é relevante desde a formulação de perguntas até a representação de resultados de uma investigação. Como é intenção contribuir com novas metodologias de análise geográfica, poderemos construir procedimentos e experiências com métodos que possibilitem refletir as relações e questões de gênero.

Os procedimentos metodológicos podem iniciar a partir de um levantamento bibliográfico e histórico sobre as principais categorias de análise desta proposta de pesquisa geográfica. A pesquisa é de natureza qualitativa conduzidas com a ênfase na investigação de experiências do cotidiano dos quais nos possibilitam a adoção de entrevistas, observações e discussões direcionadas ao assunto.

Outra proposta é a utilização do método da História Oral.



Serão utilizados os relatos orais, pois segundo Lang (2001) o que se busca quando se gera oportunidades para que as pessoas relatem seus conhecimentos e experiências é o esclarecimento de relações entre indivíduos num grupo, numa camada social, em outras épocas e até no presente.

Assim os relatos orais são importantes porque servem para a busca de noções adquiridas tendo por base a experiência vivida, como o conhecimento adquirido. Os relatos orais podem ser dados através de depoimentos pessoais, descrições de trajetórias e entrevistas.

A História Oral além de possibilitar analisar fenômenos ou contextos vivenciados pelas pessoas permite também conhecer diferentes versões sobre um mesmo período ou fato, versões estas marcadas pela posição social daqueles que os viveram e os narram.

4. Considerações sobre a pesquisa

A particularidade dessa proposta centra-se na apreensão da construção dos movimentos sociais de um trajeto de lutas visando uma emancipação social no campo. Tal construção é construída por determinadas relações de poder decisivas como bem afirma Garcia (2004), onde o gênero é uma dessas relações, pois as diferenças entre homens e mulheres são socialmente construídas, portanto históricas e geográficas.

Assim, um primeiro passo para análise dos resultados é a compreensão das articulações, trajetos e estratégias do movimento das trabalhadoras rurais visando incorporar suas demandas no interior dos movimentos sociais. Buscaremos uma análise articulada a outras experiências que antecedem ao movimento dessas mulheres no Tocantins. O que faz com que tenhamos que responder os seguintes questionamentos: a incorporação de suas demandas é um passo de reconhecimento e emancipação da mulher trabalhadora do campo? As articulações e estratégias para obter espaço/reconhecimento é uma condição *sine qua nom* para emancipação social?

Outra perspectiva de análise dos resultados é o desvendamento dos lugares de resistências, aos quais os movimentos sociais se territorializam no Estado do Tocantins e a partir daí entender como ocorrem as articulações desses movimentos nesses lugares de resistências para contestarem a lógica local numa tentativa de articular as categorias classe e gênero na análise geográfica, evitando generalizações e visando a especificidade a partir das experiências de mulheres e homens em tempo e espaço dimensionados nesta proposta de pesquisa.

Tal como Garcia (2004) é interesse desta proposta contribuir para a construção de novas metodologias dentro do âmbito de investigação da Geografia além de uma possibilidade de reflexão sobre os estudos e as relações sociais de gênero.



Nossa forma de análise dos resultados será qualitativa. Adoremos uma forma de análise local, podendo utilizar algumas técnicas etnográficas que somada a outras formas intencionadas nesta pesquisa torna a análise prioritariamente como qualitativa.

As fontes dessa análise são principalmente os textos escritos, materiais iconográficos (importante registro em locais de conflitos), bibliografias locais e acadêmicas sobre o tema e o recorte espacial da pesquisa, documentos, os discursos, os relatos orais e as transcrições e análises das experiências cotidianas dos atores sociais envolvidos nos conflitos e movimentos sociais no Tocantins, sobretudo as mulheres.

A análise dos planos e das instituições permitirá visualizar a forma como as temáticas dos movimentos feministas foram incorporadas pelo Estado. Para identificar as temáticas que predominaram desde a criação dos primeiros órgãos especializados até a criação dos planos de políticas públicas para as mulheres será elaborado um histórico da atuação desses movimentos ao longo das últimas três décadas.

No primeiro momento irei desenvolver uma bibliográfica sobre a dinâmica local do Estado do Tocantins, uma pesquisa histórica documental para comparar os respectivos períodos da criação, instalação e construção das políticas no estado, sobretudo aquelas ligadas ao campo. Concomitante aos estudos averiguar a presença dos movimentos sociais bem como das mulheres nesse íterim.

O segundo momento resultará no desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica, sociológica e política para realizar observações, entrevistas e análises documentais. Nas entrevistas, serão focadas as representações e articulações sobre as formas de realização das reuniões e discussão em torno das temáticas dos movimentos sociais, e em seguida a averiguação se há a inserção das pautas das mulheres nessas discussões.

As outras ações de execução serão em comum acordo com a orientação dessa proposta de pesquisa, bem como dos requisitos propostos pelo programa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AESCA . **Associação Estadual de Cooperação Agrícola** Tocantins: AESCA, 2008.

AQUINO, Napoleão Araújo de. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins**. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: UFG, 1996 (mimeo).

DEERE, C. D. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2006.

DEERE, Carmen & LÉON. **Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.



GARCIA, Maria F.; JÚNIOR. Antonio T. Trabalhadoras rurais e a luta pela terra no Brasil: Interlocação entre gênero, trabalho e território. In **Terra Livre - Geografia, Movimentos Sociais e teoria**. Vol.18 Nº. 19, São Paulo: AGB, 2002.

GARCIA, Maria.F. **A Luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, UNESP – Presidente Prudente, 2004.

GOHN, Maria.G **Teoria dos Movimentos Sociais** 3º Ed São Paulo: Loyola, 2000.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

LANG, A.B.S.G. **História Oral**: Procedimentos e Possibilidades In: Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais São Paulo: CERU, 2001.

MEDEIROS, L. **Marcha das Margaridas**: Novas Nuances nas Lutas por Direitos no Campo. RJ: Direito, 2007.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. RJ: FASE, 1989.

SCOTT, S. A. **Gênero**: Uma categoria Útil de Análise Histórica In: Educação e Realidade V.1 nº 1 Porto Alegre: UFRGS, 1996.

VALENCIANO, Renata. C. **A Participação da Mulher na Luta pela Terra**: Discutindo Relações de Classe e Gênero / Presidente Prudente : [s.n.], 2006.

ROSSINI, R. E. **Geografia e gênero**: a mulher na lavoura canavieira paulista. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

SANTOS, Boaventura S; NUNES, João A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural: Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003.